



Resolução

DERROTAR A POLÍTICA DE DIREITA

LUTAR PELO AUMENTO DOS SALÁRIOS E POR EMPREGO COM DIREITOS

Nos últimos quatro anos Portugal esteve submetido ao Programa de Agressão assinado com a *troika* estrangeira, aplicado sem a auscultação e o veredicto da Assembleia da República, num claro desprezo pelos princípios democráticos vigentes num país soberano. Durante este período, o Governo do PSD/CDS-PP prosseguiu a política de direita levada a cabo pelos Governos anteriores e deu continuidade às medidas de desastre nacional contidas nos Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC), agravando todos os problemas causados ao país, aos trabalhadores e ao povo.

A situação está hoje muito pior, com um crescimento económico que permanece anémico, uma quebra do investimento que fez recuar a riqueza produzida para níveis de há 10 anos atrás, uma dívida pública que se tornou impagável porque ultrapassa já 130% do Produto Interno Bruto (PIB) e não cessa de crescer, com os juros e encargos decorrentes a atingirem montantes exorbitantes e que supera o orçamento do Serviço Nacional de Saúde.

As mudanças que o Governo operou no regime de emprego e no sistema de relações laborais, sem precedentes desde 25 de Abril, foram todas no sentido do empobrecimento, do agravamento da exploração e da desregulação laboral. O conteúdo das medidas que foram aplicadas, exprimem uma estratégia deliberada de redução salarial, de desagregação da negociação colectiva, de flexibilização dos despedimentos, da eliminação de direitos laborais e sociais e de redução da protecção social.

O nível de vida foi brutalmente degradado:

- Verificou-se um enorme crescimento do desemprego e a destruição de centenas de milhares de empregos, a par com a generalização da precariedade do trabalho. O total de desempregados e trabalhadores que estão subocupados em programas de formação e de estágios e em contratos de emprego-inserção, já ultrapassa 1,2 milhões de pessoas. Só entre 2011 e 2014 foram eliminados quase 300 mil postos de trabalho. No mesmo período, o desemprego entre os jovens passou de 25% para cerca de 40%.

- O empobrecimento da população foi devastador, por via de cortes salariais, de uma política de baixos salários e da redução das pensões e prestações da segurança social. Entre 2011 e 2014 os salários foram reduzidos em 3,1 mil milhões, enquanto a parte do capital aumentou mais 1,7 mil milhões de euros. Mais de dois terços dos desempregados não recebem nenhuma prestação de desemprego e milhares de crianças, de idosos e famílias carenciadas viram cortados o abono de família, o complemento solidário e o rendimento social de inserção.

- Como consequência da ofensiva contra os rendimentos do trabalho e das pensões, a pobreza atinge hoje quase três milhões de portugueses. O aumento brutal dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e as pensões também contribuíram para que as desigualdades e a pobreza tivessem alastrado, atingindo níveis alarmantes. Cada agregado familiar com rendimentos do trabalho e de pensões pagou de IRS em 2014, em média, mais 1 415 euros que em 2012, enquanto que com as empresas com rendimentos sujeitos a IRC verificou-se o inverso, ou seja, pagaram, em média, menos 4 681 euros em 2014 que no ano anterior.

Os direitos dos trabalhadores foram vilipendiados com as revisões da legislação laboral para os sectores privado e público, assim como a ofensiva para enfraquecer o exercício do direito de contratação colectiva, pondo em causa direitos fundamentais, com o objectivo de intensificar a exploração dos trabalhadores por via da redução dos direitos, da não actualização dos salários e da imposição, como regra, da relação individual do trabalho.

O ataque às Funções Sociais do Estado e aos serviços públicos degradaram as condições de prestação e satisfação das necessidades das populações, deixando cada vez mais portugueses, desde crianças a idosos, de fora dos apoios sociais, a serem forçados a abandonar o ensino e sem consultas médicas, por falta de resposta dos serviços ou por motivos financeiros.

Perante esta situação, que se tornou económica e socialmente insustentável, impõe-se a continuação da luta em defesa do emprego, dos salários e dos direitos dos trabalhadores, das condições de vida do povo e de medidas orientadas para o desenvolvimento e progresso do país.

Luta que é indissociável do esclarecimento e mobilização dos trabalhadores para infligirem nas próximas eleições legislativas uma derrota a este Governo do PSD/CDS-PP, assim como derrotar a política de direita, colocando na ordem do dia a alternativa política, de Esquerda e Soberana, que apontando a um novo rumo de desenvolvimento e de coesão social, afirme os ideais, as causas e os valores de Abril, no quadro da efectivação de uma democracia plena nas suas dimensões política, económica, social e cultural.

Assim, os manifestantes presentes nesta concentração frente à Assembleia da Republica, no dia 22 de Julho de 2015, decidem:

- **Apoiar, alargar e intensificar a luta nos locais de trabalho** pelo aumento dos salários, a defesa do emprego e o combate à precariedade; pela manutenção das 35 horas de trabalho na Administração Pública e a igualdade de tratamento para o sector privado, com a redução progressiva do horário de trabalho sem perda de retribuição; contra a desregulação dos horários; pela efectivação do direito de negociação colectiva e pela defesa dos direitos consagrados na contratação colectiva.
- **Apelar à mobilização e à luta dos trabalhadores nestes próximos meses de Agosto e Setembro**, combatendo as previsíveis manobras do Governo para, no período de verão e sem o controlo de fiscalização da A.R., legislar à socapa, no sentido do agravamento da legislação antilaboral e antisocial, da continuação dos processos de privatização de empresas e serviços públicos e do prosseguimento das chamadas reformas estruturais”, que visam aprofundar a degradação da Funções Sociais do Estado, e a sua própria reconfiguração, de forma a transformá-lo num Estado mínimo para os trabalhadores e o povo e máximo para servir os interesses do grande capital económico e financeiro.
- **Intensificar a batalha de esclarecimento dos trabalhadores de forma a contribuir para a derrota da política de direita nas eleições legislativas** e prosseguir a luta pela reposição integral dos salários, subsídios e pensões roubados aos trabalhadores e reformados, pela revogação da legislação antilaboral, pela valorização do trabalho e dos trabalhadores.

POR UM PORTUGAL DESENVOLVIDO, DE PROGRESSO SOCIAL E SOBERANO!

AFIRMAR OS VALORES DE ABRIL NO FUTURO DE PORTUGAL!

Lisboa, 22 de Julho de 2015